



## Proc. Administrativo 36- 15.326/2025

**De:** Fernando L. - SMST

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 08/12/2025 às 13:19:40

**Setores envolvidos:**

GP, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, SMF-CONT, SMEC, SMST, SMST-ADM, SMEC-ADMIN, SMEC-FINAN, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC, SMF-CTIB-CONS

### Contratação de Sistemas de Alarmes para a Educação

Em repostas às impugnações seguem as orientações técnicas em anexo.

—  
**Fernando Luz Lehnem**

*Secretário Municipal de Segurança e Trânsito*

**Anexos:**

Resposta\_as\_Impugnacoes.pdf



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Senhora Secretária de Educação,

Em resposta às impugnações ofertadas orientamos o que segue:

**QUANTO À EXIGÊNCIA DE REGISTRO DA EMPRESA LICITANTE NO CREA – Item 1 da impugnação da empresa SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA e item “a” da impugnação da empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**

A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, confirmada em sede recursal no STJ é uníssona no sentido do descabimento do registro de entidades que prestem serviços de monitoramento eletrônico de bens junto ao Conselho Regional de Arquitetura, conforme abaixo:

*EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHO PROFISSIONAL. CREA. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELAÇÕES DESPROVIDAS. I. CASO EM EXAME: 1. Apelação cível interposta contra sentença que julgou procedente o pedido de declaração de inexistência de vínculo jurídico que justificasse o registro da parte autora no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/PR), afastando a necessidade de contratação de profissional habilitado e determinando o cancelamento de autuações e do registro. 2. O CREA/PR apelou alegando a obrigatoriedade de registro para as atividades do microempreendedor individual. 3. A parte autora apelou requerendo a majoração dos honorários sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: 2. Há duas questões em discussão: (i) a obrigatoriedade de registro de microempreendedor individual no CREA/PR para atividades de comércio varejista de peças e acessórios eletroeletrônicos e instalação de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial; e (ii) a adequação do valor dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados na sentença. III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. A obrigatoriedade de registro em conselho profissional é determinada pela atividade básica da empresa, conforme o art. 1º da Lei nº 6.839/1980. 4. As atividades da parte autora, como comércio varejista de peças e acessórios eletroeletrônicos e instalação de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial (segurança eletrônica, cercas elétricas, portões eletrônicos, sistemas de CFTV), não se enquadram nas atividades típicas de engenharia ou agronomia que exigem registro no CREA. 5. A jurisprudência do TRF4 é pacífica no sentido de que serviços de segurança por monitoramento, instalação de alarmes e manutenção de sistemas eletrônicos de alarmes não*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*estão sujeitos à fiscalização do CREA. 6. A fixação dos honorários advocatícios por apreciação equitativa, em casos de proveito econômico inestimável ou irrisório, ou valor da causa muito baixo (art. 85, §8º do CPC), não vincula o magistrado à tabela da OAB, que possui caráter meramente orientador. 7. Considerando a simplicidade da causa e o trabalho realizado, a fixação dos honorários em R\$ 1.000,00 na sentença foi considerada adequada, sendo majorada para R\$ 1.200,00 em razão do trabalho adicional em grau recursal, conforme o art. 85, §11 do CPC. IV. DISPOSITIVO: 8. Apelações desprovidas. (TRF4, AC 5019211-31.2023.4.04.7000, 12ª Turma, Relator LUIZ ANTONIO BONAT, julgado em 06/08/2025)*

*EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA - CREA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA POR MONITORAMENTO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA. NULIDADE DE AUTO DE INFRAÇÃO. SENTENÇA ULTRA PETITA. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. 1. Não há, na ação declaratória, súplica pela nulidade da autuação, mas somente pela declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes e de inexigibilidade de registro perante o Conselho Réu e de abstenção de realizar novas autuações ao autor pelo exercício de suas atividades. 2. Os artigos 141 e 492 do CPC lecionam que o juiz deve decidir o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija iniciativa da parte, bem como lhe é vedado proferir decisão de natureza diversa da pedida, condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, razão pela qual se reconhece a sentença como ultra petita no ponto em que anulou o Auto de Infração nº 2015/8-059433-0001. Consequentemente, resta prejudicada a alegação de prescrição para anular o débito. 3. A autuação por exercício ilegal da profissão não encontra respaldo, uma vez que a Apelada não está desempenhando funções que demandem o registro no CREA. 4. As atividades de prestação de serviços de segurança por monitoramento e prestação de serviços de instalação de alarmes não guardam, nos termos da Lei 5.194/66, relação com o exercício profissional da engenharia ou da agronomia. 5. Majorada a condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência para R\$4.400,24, nos termos da tabela da OAB e do § 8º-A, do art. 85, do CPC. (TRF4, AC 5028431-50.2023.4.04.7001, 12ª Turma, Relator LUIZ ANTONIO BONAT, julgado em 27/11/2024)*

Nesse sentido, a exigência de tal registro/inscrição poderia significar ilegalidade que representaria restrição à competitividade. Não se está afirmando a desimportância da presença de profissional de engenharia na atuação junto a empresas que desenvolvam o ramo licitado, todavia, tem-se que sua obrigatoriedade representaria exigência não justificável. Por essa razão entendemos que deva ser indeferida a impugnação pretendida.





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### **QUANTO À EXIGÊNCIA DE ALVARÁ EXPEDIDO PELO GRUPAMENTO DE SUPERVISÃO E VIGILÂNCIA DA BRIGADA MILITAR (GSVG) – Item 2 da impugnação da empresa SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA e item “d” da impugnação da empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**

A presente análise visa fundamentar a decisão de não exigir, como requisito de habilitação técnica, a apresentação de autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal, nos termos da Lei nº 7.102/1983, para as empresas licitantes. Tal decisão se baseia em uma análise criteriosa da natureza do objeto licitado, que se distingue fundamentalmente dos serviços de vigilância patrimonial regulados pela referida lei.

O objeto desta licitação se limita, estrita e exclusivamente, aos seguintes serviços:

Instalação e Manutenção de Equipamentos: Fornecimento, instalação e manutenção contínua de equipamentos eletrônicos (sensores, centrais, sirenes, etc.) que compõem um sistema de alarme.

Monitoramento Remoto de Eventos: Recebimento, em uma central da contratada, dos sinais eletrônicos (eventos) gerados pelos equipamentos instalados nos imóveis do Município.

Comunicação de Informação Qualificada: Em caso de disparo de alarme, a única e exclusiva obrigação da contratada é comunicar o evento, de forma imediata, aos agentes públicos designados pelo Município (Guarda Municipal e/ou Zeladoria).

É crucial destacar o que o objeto NÃO contempla:

*NÃO HÁ VIGILÂNCIA HUMANA: A contratada não aloca nenhum vigilante, armado ou desarmado, nos locais monitorados. NÃO HÁ RESPOSTA FÍSICA (PRONTA-RESPOSTA): A contratada está expressamente proibida de enviar equipes próprias para averiguar as ocorrências nos imóveis. A atividade de verificação in loco é de competência exclusiva e intransferível da Guarda Municipal.*

**NÃO HÁ EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA:** A contratada não possui qualquer autoridade para intervir, deter suspeitos ou realizar qualquer ato de segurança ativa.

Em síntese, a empresa a ser contratada atua como uma provedora de serviço de tecnologia da informação e comunicação. Sua função é análoga à de uma empresa de



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

telecomunicações que garante a transmissão de um dado crucial: o sinal de alarme. A inteligência e a ação de segurança subsequentes são de inteira responsabilidade do Município.

### 2. Da Distinção Fundamental entre Monitoramento Eletrônico e Vigilância Patrimonial (Lei nº 7.102/1983)

A Lei Federal nº 7.102/1983, que regula os serviços de segurança privada, define como vigilância patrimonial a atividade exercida "com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas". A execução dessa atividade se materializa na figura do vigilante e em ações que visam garantir a incolumidade de pessoas e a integridade do patrimônio.

O objeto aqui licitado não se amolda a essa definição. A contratada não "procede à vigilância", mas sim fornece uma ferramenta tecnológica que subsidia a vigilância exercida pelo Poder Público. A responsabilidade pela integridade do patrimônio não é transferida à contratada; ela permanece com o Município, que utiliza seus próprios agentes para tal fim.

### 3. Da Violação aos Princípios da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

A imposição da exigência de alvará da Polícia Federal, neste contexto específico, configuraria uma violação direta a princípios basilares da Lei nº 14.133/2021.

**Restrição Indevida à Competitividade (Art. 5º e Art. 37, § 1º):** Exigir tal alvará limitaria o universo de licitantes apenas às empresas formalmente constituídas como de "segurança privada". Isso excluiria um vasto mercado de empresas de tecnologia, automação predial e telecomunicações que possuem plena, e muitas vezes superior, capacidade técnica para instalar e monitorar sistemas eletrônicos com eficiência e custos potencialmente menores. Trata-se de uma barreira de entrada que não guarda relação direta com a capacidade de executar o serviço tecnológico licitado, ferindo de morte o princípio da competitividade.

**Desproporcionalidade e Vedação a Exigências Excessivas:** A exigência é manifestamente desproporcional. O fim almejado é garantir que a empresa saiba instalar e monitorar alarmes. O meio (exigir uma licença para atividade de vigilância humana) é excessivo e inadequado para o fim. A Lei de Licitações veda expressamente requisitos que, por serem impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico, restrinjam a participação.



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Prejuízo à Obtenção da Proposta Mais Vantajosa (Art. 11): Ao restringir artificialmente a competição, a Administração reduz a probabilidade de obter a proposta mais vantajosa. A ampliação do leque de competidores, incluindo empresas de tecnologia, é o caminho mais eficaz para garantir a contratação de um serviço de alta qualidade pelo melhor preço possível, em total alinhamento com o interesse público.

### 4. Da Suficiência e Pertinência dos Requisitos de Habilitação Alternativos

A segurança de que a contratada possui a expertise necessária será garantida por meio de requisitos de qualificação técnica diretamente relacionados, proporcionais e indispensáveis ao objeto, tais como:

Atestado(s) de Capacidade Técnica: Exigência de comprovação de experiência prévia na prestação de serviços de instalação e monitoramento remoto de sistemas de alarme, em quantidades e características compatíveis com as desta licitação. Este requisito, sim, é pertinente e eficaz, pois afere a capacidade técnica específica para o serviço a ser executado, sem criar barreiras desnecessárias a empresas qualificadas de outros segmentos de mercado.

Diante do exposto, conclui-se que a exigência de apresentação de alvará de funcionamento expedido pelo Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guarda para empresas de monitoramento eletrônico é dispensável, desproporcional e restritiva para o presente certame, mormente quando o trabalho não envolve a participação de vigilantes e guardas, restringindo-se tão somente à disponibilidade do serviço eletrônico. A natureza do objeto é estritamente tecnológica, não se confundindo com a atividade de vigilância patrimonial. A sua manutenção violaria os princípios da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, insculpidos na Lei nº 14.133/2021. A qualificação das licitantes será devidamente aferida por meio de requisitos técnicos específicos e pertinentes ao objeto, garantindo a contratação de uma empresa plenamente capaz de atender às necessidades do Município.



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### **DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA - Item “b” da impugnação da empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**

Conforme artigo 69 da Lei 14.133/21, a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante assegurando à administração o cumprimento futuro do contrato, sempre devendo ser exigida em critérios objetivos, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, sendo restrito para tanto a exigência dos documentos relativos à certidão negativa de feitos sobre falência e o balanço patrimonial, DRE e outras demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios.

Em que pese a leitura do dispositivo apresenta que tais requisitos demonstrariam o máximo a ser exigidos da empresa pretendente do certame, a complementação de sua leitura no artigo 70 conduz à interpretação de quais casos se permitiria não exigir, de forma completa o disposto no artigo 69.

Nesse sentido, a presente licitação, em seu valor estimado, não permite concluir ser dispensável qualquer um dos dois requisitos trazidos à leitura no artigo 69.

Entendemos, portanto, quanto ao tópico, ser necessária a republicação do edital, com exigência da capacidade econômico-financeira das licitantes, na forma como preconiza o artigo 69 da Lei 14.133/21, exigindo-se o balanço patrimonial e a DRE dos últimos dois exercícios.

### **DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO - Item “c” da impugnação da empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**

A vedação da subcontratação do objeto contratual tem intrínseca relação com a qualidade do serviço que se quer ofertado, bem como com a responsabilidade da empresa que se está responsabilizando pela oferta dos serviços.

A subcontratação é representada pela delegação da execução do serviço à outra empresa que não participou da licitação, sendo a responsabilidade do serviço compartilhada entre a empresa contratada e a subcontratada.

No caso específico do serviço que se pretende ver executado, não será admitida a subcontratação porquanto não se pretende permitir a delegação de responsabilidade pelos





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

serviços a terceiros.

É importante esclarecer que isso não significa que a empresa contratada não possa tomar serviços de terceiros para a entrega direta, por ela, do objeto da contratação. Entretanto, será sempre sua a responsabilidade do serviço entregue, nas condições em que definidas no Edital, e atendidos todos os requisitos de SLA's.

Por óbvio, que tomar serviços eventuais não podem resultar na entrega do serviço como um todo, porquanto esse comportamento resultaria na subcontratação inadmitida no Edital.

Entende-se, entretanto, que é possível trazer melhor clareza ao Edital, propondo-se a seguinte adequação à redação da cláusula da minuta do contrato a esse respeito:

### *CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO*

*9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sendo permitido a tomada de serviços de terceiros no que pertine à instalação e manutenção do parque instalado.*

Esclarecido tal ponto, mantém-se a opinião da vedação à subcontratação.

## **DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INSTALAÇÃO DE REPETIDORES - Item “3.1” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**

Assiste razão à impugnante. Os quantitativos de equipamentos a serem instalados nos prédios listados não leva em consideração repetidores, uma vez que grande parte dos equipamentos disponíveis no mercado não exigem tal instalação. Foi por esse motivo que se dispensou a exigência de instalação de repetidores nos prédios, pois demandaria, além de um custo mais elevado, um custo desnecessário. Para além disso, eventual conhecimento por parte de alguma empresa no sentido da desnecessidade de instalação de repetidor, poderia provocar uma diferença de competitividade em relação à oferta do preço.

Diante disso, tem-se a necessidade de readequar cláusulas do TR e do Edital conforme abaixo.

NO EDITAL

7.1.4.1.1. ...





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

...

b) Fornecimento, por cedência (em regime de comodato, locação, cessão ou qualquer outro meio que não configure venda do equipamento), instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes, incluindo, no mínimo, os seguintes equipamentos: Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz. Sensores sem fio com supervisão à distância, frequência no mínimo de 800 MHz e imunidade a pequenos animais (até 20 kg);

...

7.1.4.2.2. O(s) atestado(s), somados, deverão comprovar Serviço de Monitoramento: Comprovação de monitoramento para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos. Equipamentos em cedência (locação, comodato, etc) - Instalação e Manutenção: \* Centrais de Alarme: Mínimo de 25 unidades. Sensores de Interior: Mínimo de 498 unidades. Sensores Semiabertos: Mínimo de 51 unidades.

...

### NO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência trata da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários (centrais de alarme, sensores de interior, sensores semiabertos) para os prédios públicos do Município de Campo Bom, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos. em conformidade com as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PONTOS
01	prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários (centrais de alarme, sensores de interior, sensores semiabertos) para os prédios públicos do Município de Campo Bom	52

...

...

A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços especializados de monitoramento eletrônico de alarmes 24 horas por dia, 7 dias por semana, contemplando o fornecimento, em regime de comodato, bem como a instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema — incluindo centrais de alarme, sensores de interior, sensores semiabertos e repetidores (estes quando instalados por necessidade de sinal). A proposta abrange os prédios públicos do





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*Município de Campo Bom, com especial atenção às instituições de ensino, assegurando condições adequadas de segurança patrimonial e de proteção das pessoas que utilizam esses espaços diariamente.*

...

*5.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos (centrais, sensores, repetidores-estes quando instalados por necessidade de sinal) em regime de comodato, sem ônus de aquisição para o Município, instalar, configurar e manter todos os equipamentos (centrais, sensores, repetidores) em perfeito estado de funcionamento durante toda a vigência contratual.*

...

### 8.1.4 ...

*b) Fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes, incluindo, no mínimo, os seguintes equipamentos: Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz. Sensores sem fio com supervisão à distância, frequência no mínimo de 800 MHz e imunidade a pequenos animais (até 20 kg).*

...

*8.1.4.2. O(s) atestado(s), somados, deverão comprovar a execução de serviços em quantitativos mínimos equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais de equipamentos e serviços previstos no Termo de Referência, conforme Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se: Serviço de Monitoramento: Comprovação de monitoramento para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos. Equipamentos em Comodato (Instalação e Manutenção): \* Centrais de Alarme: Mínimo de 25 unidades. Sensores de Interior: Mínimo de 498 unidades. Sensores Semiabertos: Mínimo de 51 unidades.*

*"Anexo VIII*

...

*Prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários (centrais de alarme, sensores de interior, sensores semiabertos) para os prédios públicos do Município de Campo Bom a seguir:"*

Ainda, é importante substituir a informação constante abaixo do quadro de relação de equipamentos a serem instalados, com a seguinte informação:

Onde consta "Eventual necessidade de instalação de repetidores por ausência de alcance da central instalada com o sensor será de responsabilidade da contratada.", deve ser substituído por:



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

“Eventual ausência de sinal para determinado setor devido ao alcance da central instalada deverá ser resolvido pela empresa contratada mediante o uso de repetidor ou segunda central ou qualquer outra solução disponível no mercado desde que não envolva instalação de fios.”

*A partir das modificações impostas tem-se a perda do objeto da impugnação 3.3 da empresa Heidrich.*

### **DA IMPUGNAÇÃO QUANDO À EXIGÊNCIA SIMULTÂNEA DE TECNOLOGIAS TENCIMCAMENTE INCOMPATÍVEIS- Item “3.2” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**

Em que pese o edital tenha referido sensores semiabertos, a referência exata seria sensores para áreas semi-abertas, o que permite o atendimento com utilização para sensores de áreas abertas.

Tais sensores são existentes nas principais marcas de centrais de alarmes sem fio com capacidade de frequência de 800MHZ ou superior, tais como:

Intelbrás – Sensor IVP 8000

JFL – Sensor DSE 830i

Hikvision – Sensor DS PDP08HM

Considerando a necessidade de adequação do edital por outros motivos, em que pese não fosse necessária a adequação quanto ao tópico específico, de forma a se ter mais clareza, sugere-se as seguintes modificações:

Substituir todos os locais que informa “sensores semi-abertos” para “sensores para locais semi-abertos”.

No mesmo sentido, substituir todos os locais que informa “sensores Interiores” para “sensores para locais interiores”.

### **DA IMPUGNAÇÃO QUANTO À EXIGÊNCIA Aplicação da regra dos 50% sobre itens que não integram o TR- Item “3.3” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**

Adequado os documentos na forma do item 3.2 impugnado e aceito, resta resolvido



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

o tópico em questão.

### DA IMPUGNAÇÃO QUANTO À EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA COM COMODATO- Item “3.4” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA

Assiste razão à impugnante quanto à questão da experiência na forma de disponibilização dos equipamentos pela empresa. Nesse sentido, entendemos que a forma a ser adotada pode ser tanto por comodato, quanto por locação, cedência e outras formas que não configurem venda.

Deve, portanto ser adequado o Edital no tópico em questão, cuja alteração já se consolidou acima quando se sugeriu a retirada da comprovação da instalação de repetidores conforme segue:

NO EDITAL

7.1.4.1.1. ...

...

*b) Fornecimento, por cedência (em regime de comodato, locação, cessão ou qualquer outro meio que não configure venda do equipamento), instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes, incluindo, no mínimo, os seguintes equipamentos: Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz. Sensores sem fio com supervisão à distância, frequência no mínimo de 800 MHz e imunidade a pequenos animais (até 20 kg);*

...

*7.1.4.2.2. O(s) atestado(s), somados, deverão comprovar Serviço de Monitoramento: Comprovação de monitoramento para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos. Equipamentos em Comodato (Instalação e Manutenção): \* Centrais de Alarme: Mínimo de 25 unidades. Sensores de Interior: Mínimo de 498 unidades. Sensores Semiabertos: Mínimo de 51 unidades.*

...

*7.1.4.2.2. O(s) atestado(s), somados, deverão comprovar Serviço de Monitoramento: Comprovação de monitoramento para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos. Equipamentos em cedência (locação, comodato, etc) - Instalação e Manutenção: \* Centrais de Alarme: Mínimo de 25 unidades. Sensores de Interior: Mínimo de 498 unidades. Sensores Semiabertos: Mínimo de 51 unidades.*

O atendimento a essas modificações não descaracterizam a comprovação da capacidade técnica, entretanto, aumentam a competitividade, uma vez que boa parte do mercado utiliza-se do termo locação como forma de cedência de seus equipamentos.



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### **DA IMPUGNAÇÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE DEFINIÇÃO TÉCNICA SOBRE REDUNDÂNCIA, APESAR DOS TRECHOS DO EDITAL E DO TR- Item “3.5” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**

De fato o item impugnado apresenta pouca clareza sobre o termo redundância. Não seria o caso de alteração, porquanto bastaria o esclarecimento do que se pede no referido item. Todavia, considerando as demais alterações necessárias, sugere-se a alteração da redação do item no TR prevendo:

*- Comunicação: Deverão possuir comunicação via internet, por meio de WI-FI e cabo de rede RJ-45 até o modem disponibilizado pelo Município, garantindo redundância e flexibilidade na conectividade.*

### **DA IMPUGNAÇÃO DA INCONSISTÊNCIA ENTRE CAPACIDADE, EXPANSÃO E SENSORES SEMIABERTOS- Item “3.6” da impugnação da empresa HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**

No que tange a questão dos sensores semi abertos entendemos ter sido resolvida a questão no item anterior.

No que tange à questão de expansão superior a 32 zonas, assiste razão ao Impugnante. Apenas uma central possui capacidade de permitir expansão da quantidade de zonas.

Observando os locais de instalação, percebe-se que limitar a 32 zonas por central instalada permite a correta identificação dos sensores a serem instalados, sendo desnecessária a exigência de expansão.

Assim, deve ser alterado o Termo de Referência no que concerne à expansão alterando-se no item 4.2.1. o item 3 com a seguinte descrição:

“- Capacidade: Possuir capacidade mínima de 32 (trinta e duas) zonas”

### **DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Considerando o período de final de ano que se aproxima, deve ser modificado o prazo de instalação dos sistemas nos locais, devendo constar no item 5.2 do Edital para a seguinte



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

redação:

A instalação completa dos sistemas em todos os locais deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias úteis a contar da assinatura do contrato. O monitoramento deverá ser contínuo e iniciar imediatamente após a ativação dos equipamentos.

### CONCLUSÃO

Diante das informações prestadas no que tange às impugnações oferecidas, reconhecemos a necessidade de alteração parcial de itens do Edital que implicam em modificações que poderão ampliar a competitividade, justificando sua republicação e reabertura de prazos para a realização do Certame.

Sugerimos urgência na avaliação e medidas a serem adotadas para que a licitação possa ocorrer ainda este ano.

Atenciosamente,

Fernando Luz Lehnem

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9052-9382-0C95-82F8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDO LUZ LEHNEN (CPF 801.XXX.XXX-87) em 08/12/2025 13:20:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARA HELENA DAUBERMANN (CPF 296.XXX.XXX-49) em 08/12/2025 14:27:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/9052-9382-0C95-82F8>